

Relatório de Gestão

Ano 2015

INTRODUÇÃO

Enquadramento Legal

Compete ao Executivo Municipal apresentar, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro designado "POCAL", na sua redação atual, os **Documentos de Prestação de Contas do Município e o Relatório de Gestão**, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Os Documentos de Prestação de Contas são elaborados conforme estabelece a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, de 12 de julho de 2001, que aprovou as Instruções n.º 1/2001, para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicadas no Diário da República, II Série, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º6/2013 – 2ª Secção.

Um dos documentos de prestação de contas obrigatório, referido na resolução, com o número 28 é o Relatório de Gestão.

O Relatório de Gestão tem uma finalidade complementar; e é elaborado, no sentido de disponibilizar um conjunto de elementos de carácter económico, financeiro, funcional e social, que ajudem a uma melhor compreensão da atividade desenvolvida pelo Município no ano a que o mesmo se refere.

O Relatório de Gestão é elaborado nos termos do ponto 13 do POCAL, considerando, nomeadamente, os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da Autarquia, designadamente no que respeita ao investimento efetuado, principais custos de funcionamento, custos e proveitos diversos;
- b) Uma síntese da situação financeira da Autarquia Local, evidenciando saldos de tesouraria e limites de endividamento;
- c) Uma síntese da evolução das dívidas da Autarquia na perspetiva de curto, médio e longo prazo;
- d) A proposta para aplicação dos Resultados.

Enquadramento Específico

O ano 2015 apesar das expectativas iniciais acerca da possibilidade deste ser um ano de viragem quer ao nível nacional quer consequentemente ao nível autárquico isso na prática foi apenas um prenúncio adiado.

Nem as restrições a que estava sujeita a atividade autárquica abrandaram nem os constantes apelos para que o novo Quadro Comunitário de Apoio fosse colocado no terreno com a celeridade exigida se confirmaram, e as Autarquias, os Executivos e as Populações viram por mais algum tempo adiada a expectativa da concretização de projetos de investimento que idealizaram e que programaram e que ambicionaram.

A Autarquia da Mértola na sua já habitual forma de não se render perante as adversidades e de reinventar as alternativas para prosseguir a sua atividade, concretizando os investimentos e as ações que se revelem adequadas e necessárias ao desenvolvimento do seu Concelho e ao contributo para a melhoria de vida das suas populações, utilizou todas os mecanismos ao seu alcance, para que, mesmo perante as dificuldades, tudo o que estava programado fosse executado.

Uma situação financeira sólida fruto das boas decisões que ao longo dos últimos anos foram sendo adotadas, um executivo dinâmico e empenhado na resolução dos problemas e na projeção do seu Concelho e nível nacional e internacional, uma visão inteligente na forma de envolver a comunidade, quer seja os movimentos associativos, quer seja os movimentos empresariais quer os particulares numa dinâmica conjunta e num interesse comum, foi a fórmula encontrada pelo executivo municipal para ultrapassar os momentos difíceis que se viverem em Portugal nos últimos anos.

O relatório e contas do Município de Mértola do ano 2015 que agora se apresenta é sem dúvida a garantia que a solução estará sempre em decisões inteligentes e equilibradas que tenham associado algum risco evidentemente, mas que tenham sempre associado o rigor e a quantificação responsável do custo benefício da mesma e que não comprometam nem os investimentos nem as gerações futuras.

Síntese da Atividade Desenvolvida

No decurso do ano 2015 realizaram-se importantes iniciativas que contribuíram para continuar afirmar o nosso Concelho no panorama nacional e internacional, como seja, a título de exemplo, a 8ª edição do Festival Islâmico de Mértola, entretanto premiada na Gala organizada pela Turismo do Alentejo e Ribatejo, como melhor evento de 2015 da região do Alentejo ou a 6ª edição da Feira da Caça de Mértola que continua a crescer em quantidade e em qualidade e a merecer da parte de todos os que nos visitam enormes elogios. Concluíram-se também ao longo do ano de 2015 algumas obras importantes para o Concelho, bem como, outras se iniciaram.

Das obras que foram concluídas destacam-se a Obra de abastecimento de água, saneamento e pavimentação em Martinhanes, a Pista de Canoagem na Mina de São Domingos, a Remodelação integral do

edifício no centro histórico denominado de “Casa Branca” onde funciona atualmente o Gabinete de Desenvolvimento e Promoção Turística e a remodelação do Parque Escolar da Mina de São Domingos.

Foram ainda concluídas outras obras de menor impacto financeiro mas também de extrema importância para a promoção e desenvolvimento estratégico do nosso Concelho, a saber:

A Musealização das Ruínas Arqueológicas da Igreja Matriz, a Remodelação dos Núcleos Museológicos de Arte Sacra e Islâmico, a Construção da Réplica da Casa Islâmica, a pintura exterior da Escola Primária de Mértola, a Intervenção em microaglomerado betuminoso e marcação em diversas vias municipais, a Requalificação da Zona Ribeirinha junto às Azenhas e ao Rio Tamuge.

No decurso do ano foram ainda lançadas outras obras, que se encontram a decorrer, como sejam: a Construção da Zona de Expansão Urbana na Mina de São Domingos e as obras de Remodelação da Ponte sobre o Rio de Oeiras.

Em termos globais, os investimentos concretizados, por área de intervenção, totalizaram os seguintes valores, em euros:

Administração Geral	-	689.748€
Segurança e Ordem Pública	-	175.377€
Educação	-	711.008€
Ação Social	-	280.256€
Habituação e Serviços Coletivos	-	1.298.922€
Serviços Culturais e Recreativos	-	927.623€
Indústria e Energia	-	313.027€
Transportes e Comunicações	-	733.432€
Comércio e Turismo	-	728.209€
Administração Autárquica	-	176.082€
Parque Móvel	-	541.903€

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

Neste capítulo do relatório de gestão pretende-se avaliar de forma detalhada o desempenho financeiro do Município ao longo do ano 2015.

Tentaremos nas próximas páginas analisar exaustivamente a evolução das principais rúbricas do orçamento da receita e da despesa tendo sempre como referência os resultados alcançados no ano anterior, referindo sempre que se justifiquem as explicações necessárias para os desvios verificados.

Em termos globais o município gerou no exercício de 2015 receitas no montante de 13.973.983€, tendo realizado despesas no montante global de 13.493.525€. Quer ao nível da receita quer ao nível da despesa os valores registados são muitos semelhantes aos valores alcançados no ano anterior.

Com a afetação do Saldo de Gerência transitado de 2014 no montante de 3.242.347€ a receita global ascendeu aos 17.217.243€.

Da relação destas variáveis apuramos um saldo para a gerência seguinte de 3.723.718,86€.

Após aprovação da conta de gerência de 2015, o saldo apurado irá permitir, através de uma revisão orçamental aumentar o orçamento municipal disponível de 2016, revisão essa que será presente aos órgãos competentes para aprovação em simultâneo com o presente relatório de gestão.

Um dado a registar é o facto de a Autarquia conseguir ao longo dos últimos anos gerar receitas suficientes para cobrir toda a despesa realizada, sendo que neste ano em concreto, conseguiu uma poupança de aproximadamente meio milhão de euros, que adicionada ao saldo de tesouraria existente no dia um de janeiro de 2015 se traduz no significativo saldo de gerência evidenciado.

A aplicação do saldo de gerência irá permitir dotar do ponto de vista orçamental projetos e ações que estão a ser preparadas para lançar no decurso do ano 2016, como sejam, a construção do Lar de São Miguel do Pinheiro, a construção da ExpoMértola, a Construção do Centro de Atividades Ocupacionais para deficientes, entre outras.

COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO

No **Quadro 1** pretendemos apresentar de forma resumida o valor global da receita e da despesa do ano, comparando o Orçamento inicial com o Orçamento final, dando simultaneamente conta dos valores globais da execução e os respetivos desvios relativamente ao que estava inicialmente orçamentado.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 1 - Orçamento Inicial, Final e Execução						
DESIGNAÇÃO	Orçamento 2015			Desvio		Taxa de Execução
	Inicial (1)	Final (2)	Execução (3)	(4) = (2)-(1)	(5) = (3)-(2)	(6)=(3)/(2)
RECEITAS						
Correntes	11 908 032,00	12 018 245,00	11 807 287,91	110 213,00	-210 957,09	98%
Capital	2 754 848,00	3 293 919,13	2 166 694,74	539 071,13	-1 127 224,39	66%
Outras Receitas	1,00	3 242 348,48	3 243 260,76	3 242 347,48	912,28	100%
TOTAL	14 662 881,00	18 554 512,61	17 217 243,41	3 891 631,61	-1 337 269,20	93%
DESPESAS						
Correntes	9 280 061,00	10 490 940,48	8 685 646,63	1 210 879,48	-1 805 293,85	83%
Capital	5 382 820,00	8 063 572,13	4 807 877,92	2 680 752,13	-3 255 694,21	60%
TOTAL	14 662 881,00	18 554 512,61	13 493 524,55	3 891 631,61	-5 060 988,06	73%

O Orçamento final de 2015 apresenta uma dotação global de 18.554.512€, aproximadamente 26% acima das previsões iniciais, resultado essencialmente do impacto gerado pela introdução do saldo de gerência de 2014 que ocorreu com a 1ª revisão ao orçamento, e que ascendeu a 3.242.347€.

Comparando a execução da receita e da despesa relativamente aos valores previstos no Orçamento final, obtém-se uma taxa de execução global de 93% do lado da receita e 73% do lado da despesa. Os níveis de execução apresentados em 2015 são muito idênticos aos que habitualmente o município apresenta e comprovam dessa forma o rigor que sempre defendemos quer na elaboração dos documentos previsionais quer na sua execução.

De destacar ainda o excelente desempenho na receita corrente que atingiu uma execução de 98%, significa que praticamente toda a receita que se previa arrecadar foi concretizada. De referir também que os níveis de execução são sempre menores na componentes de capital pelo facto de se tratarem de áreas em que não está só do lado do município o controlo total de todas as variáveis que para isso contribuem.

MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Em 2015 foram realizadas catorze alterações e duas revisões ao orçamento municipal e às grandes opções do plano. Comparativamente com o ano anterior realizou-se o mesmo número de alterações e mais uma revisão.

Na sua grande maioria as alterações elaboradas serviram para introduzir os ajustamentos necessários ao nível das rubricas da despesa, ou seja, implicaram na maioria dos casos um reforço em determinadas rubricas da despesa compensado pela redução de outras rubricas da despesa, ou seja não implicaram qualquer alteração do ponto de vista da estrutura do orçamento.

O ajustamento mais significativo, esse sim alterou estrutura do orçamento, foi introduzido pela 1ª revisão ao orçamento aprovada em abril. Esta revisão, para além da introdução do saldo da gerência de 2014, bastante significativo, permitiu reforçar algumas rúbricas de despesa corrente que estavam subdotadas no orçamento inicial, permitiu ainda, compensar os ajustamentos necessários da componente de capital. Dos 3.500.000,00€ introduzidos como reforço da receita, cerca de 500.000,00€ foram canalizados para reforçar despesa corrente e os restantes 3.000.000,00€ para reforçar despesas de capital.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Através da análise da execução do orçamento da receita e da despesa podemos verificar o montante total quer da receita arrecadada quer da despesa efetivamente paga, bem como os respetivos desvios face ao inicialmente previsto.

Para além desta informação é interessante analisar também, o peso de cada rubrica no total do orçamento, bem como o seu comportamento anual e ainda a sua evolução face ao ano anterior.

As disponibilidades financeiras do Município de Mértola na gerência de 2015 apuradas através da execução orçamental traduziram-se no seguinte resumo:

Saldo da Gerência de 2014		3.242.347,48€
Receita total cobrada na Gerência de 2015		13.973.982,65€
	SOMA	17.217,243,41€
Despesa efetuada na Gerência de 2015		13.493.524,55€
Saldo para a Gerência seguinte (2016)		<u>3.723.718,86€</u>

Análise Global da Receita

As receitas totais no ano em apreciação ascenderam a 17.217.243,41€, sendo 69% de receitas correntes num total de 11.807.287,91€, e 13% de receitas de capital, no valor de 2.166.694,74€ e 19% de outras receitas, no valor de 3.243.260,76€, que inclui o saldo da gerência e as reposições não abatidas aos pagamentos.

Comparativamente com o ano anterior a receita corrente aumentou o seu peso relativo, em 5%, a receita de capital diminuiu o seu peso relativo em 2%.

Receita Corrente

Com uma execução de 98% estamos novamente perante uma execução acima dos 95%, o que só se verifica em Municípios que utilizam o orçamento como um verdadeiro instrumento de gestão e não como mero formalismo. A receita corrente arrecadada deriva essencialmente das transferências do orçamento de estado mas também dos impostos cobrados, das vendas de bens e serviços correntes, dos rendimentos de propriedade e das taxas. Esta componente da receita serve essencialmente para fazer face à gestão corrente da Autarquia permitindo o financiamento das despesas correntes.

Através da análise do **Quadro 2**, que apresentamos de seguida, é possível analisar quer a estrutura quer a execução da receita corrente da Autarquia.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 2 - Receita Corrente 2015						
RECEITAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Impostos Diretos	634 070,00	5%	687 605,24	6%	53 535,24	108%
Impostos Indiretos	7 361,00	0%	7 437,79	0%	76,79	101%
Taxas, Multas e Penalidades	133 993,00	1%	131 421,95	1%	-2 571,05	98%
Rendimentos de Propriedades	446 305,00	4%	564 273,75	5%	117 968,75	126%
Transferências Correntes	9 950 443,00	83%	9 655 629,32	82%	-294 813,68	97%
Venda de Bens e Serviços Correntes	743 165,00	6%	647 461,94	5%	-95 703,06	87%
Outras Receitas Correntes	102 908,00	1%	113 457,92	1%	10 549,92	110%
Total das Receitas Correntes	12 018 245,00	100%	11 807 287,91	100%	-210 957,09	98%

Da análise à estrutura da receita corrente verifica-se a forte dependência da Autarquia face às transferências correntes, ou seja, essencialmente das transferências resultantes do Orçamento do Estado, que se traduzem em 82% do total da receita corrente cobrada, dependência esse que ainda aumentou este ano, passando de 79% para 82%, o que deverá merecer sempre alguma atenção e preocupação. A receita própria da Autarquia representa uma fatia pouco significativa, 6% em impostos diretos, 5% em venda e bens e serviços e 5% em rendimentos de propriedade.

Receita de Capital

A receita de capital totalizou o montante de 2.166.694,74€, o que representa apenas cerca de 13% da receita total da Autarquia. Trata-se de um peso pouco significativo, composto essencialmente neste ano pelas transferências do orçamento de estado considerando que os valores referentes aos financiamentos comunitários são apenas residuais relativos a encerramento de programas.

Esta componente da receita apresenta uma execução na ordem dos 66% em relação ao valor previsto no orçamento final de 2015 – **Quadro 3**.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 3 - Receita de Capital 2015						
RECEITAS DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Venda de Bens de Investimento	224 905,00	7%	153 671,41	7%	-71 233,59	68%
Transferências de Capital	2 717 814,13	83%	1 761 823,33	81%	-955 990,80	65%
Ativos Financeiros	1 200,00	0%	1 200,00	0%	0,00	100%
Passivos Financeiros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Outras Receitas de Capital	350 000,00	11%	250 000,00	12%	-100 000,00	71%
Total das Receitas de Capital	3 293 919,13	100%	2 166 694,74	100%	-1 127 224,39	66%

A execução registada nesta componente da receita, não sendo uma execução de relevo, não deixa de ser uma execução aceitável atendendo às circunstâncias, nomeadamente no que se refere aos fundos comunitários, e a toda a envolvente em que a mesma se processa, sendo que o hiato temporal que decorre muitas vezes entre a sua aprovação e a sua efetiva disponibilização, é na generalidade muito grande.

Como se pode comprovar, a receita de capital é constituída em grande parte pelas transferências de capital, que representam 81% do total da receita de capital.

À semelhança do que se verifica do lado da receita corrente, também aqui a transferência do Orçamento de Estado, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro tem um peso significativo, apesar de relativamente inferior, uma vez que são apenas 1.003.360,00€ dos 1.761.823,33€, ou seja 56% enquanto nas transferências correntes esse peso é de 96%.

Análise Global da Despesa

O orçamento final de 2015 apresentou uma dotação global de despesa de 8.554.512,61€, sendo que 8.686.646,63€ respeita a despesa corrente, e 4.807.877,92€ a despesa de capital.

A dotação inicial da despesa foi de 14.662.881€, com as várias modificações orçamentais introduzidas ao longo do ano, registou um aumento no total de 3.891.631,61€.

A taxa de execução das despesas correntes é de 83%, num total de 8.685.646,63€, enquanto a execução da despesa de capital se situou nos 60% com 4.807.877,92€.

Comparativamente com o ano anterior regista-se uma diminuição de cerca de 4% ao nível da execução da despesa corrente, que passou de 87% para 83% e uma diminuição também na taxa de execução das despesas de capital que passou de 63% para 60%. Em termos absolutos a despesa corrente paga, que em 2014 totalizou 9.023.273,26€ registou um decréscimo, situando-se em 2015 nos 8.685.646,63€.

Despesa Corrente

Neste ponto será efetuada uma breve abordagem aos valores orçamentados da despesa corrente comparativamente com os valores executados e concluir acerca do nível de realização alcançado bem como os desvios apurados- **Quadro 4.**

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 4 - Despesa Corrente 2015						
DESPESAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
Pessoal	4 835 568,00	46%	4 543 413,26	52%	-292 154,74	94%
Aquisição de Bens e Serviços	4 228 526,48	40%	2 941 632,14	34%	-1 286 894,34	70%
Aquisição de Bens	1 257 647,00	12%	865 244,12	10%	-392 402,88	69%
Aquisição de Serviços	2 970 879,48	28%	2 076 388,02	24%	-894 491,46	70%
Juros e outros encargos	45 000,00	0%	27 694,10	0%	-17 305,90	62%
Transferências Correntes	1 126 033,00	11%	985 924,06	11%	-140 108,94	88%
Subsídios	137 000,00	1%	125 033,20	1%	-11 966,80	91%
Outras Despesas	118 813,00	1%	61 949,87	1%	-56 863,13	52%
Total das Despesas Corrente	10 490 940,48	100%	8 685 646,63	100%	-1 805 293,85	83%

Em termos globais a despesa corrente totalizou o montante de 8.645.646,63€ valor inferior em cerca de 300.000,00€ ao valor da despesa atingido em 2014.

Da análise efetuada apurou-se que todas as rubricas da despesa à exceção dos subsídios e das outras despesas corrente registaram valores inferiores aos do ano anterior.

Da análise do quadro 4, é também possível concluir que todas as rubricas da despesa registaram uma execução inferior à dotação que se encontrava prevista. Este é um dado importante de reter, considerando

que não existe dívida relevante por liquidar no final do ano, poder-se-á concluir que estamos perante a realização de uma poupança, uma vez que não foi necessário realizar toda a despesa que estava inicialmente prevista. O exemplo das despesas com pessoal ou a aquisição de bens e serviços é bem exemplificativo dessa poupança a duas em conjunto traduzem uma poupança de mais de um milhão e meio de euros.

A despesa corrente é essencialmente composta pelas despesas com pessoal e pelas aquisições de bens e serviços. No ano em apreciação estas duas rubricas da despesa totalizam 86% da despesa corrente do Município. Ao nível da despesa com pessoal que representava na previsão de orçamento um peso de 46%, veio posteriormente alcançar na execução final 52% da despesa corrente do Município. De referir ainda que as despesas com pessoal totalizaram o valor de 4.543.413,26€ valor inferior em cerca de noventa mil euros ao valor pago no ano anterior.

Despesa de Capital

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução – **Quadro 5**.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 5 - Despesa de Capital 2015						
DESPESA DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
Aquisição de Bens de Capital	6 251 994,15	78%	3 281 867,79	68%	-2 970 126,36	52%
Transferências de Capital	686 826,98	9%	490 638,54	10%	-196 188,44	71%
Activos Financeiros	108 429,00	1%	108 428,00	2%	-1,00	100%
Passivos Financeiros	944 000,00	12%	926 943,59	19%	-17 056,41	98%
Outras Despesas	72 322,00	1%	0,00	0%	-72 322,00	0%
Total da Despesa de Capital	8 063 572,13	100%	4 807 877,92	100%	-3 255 694,21	60%

No ano 2015 foram pagas despesas de capital no montante de 3.255.694,21€, que representam cerca de 36% da despesa total paga pela autarquia nesse ano.

A estrutura da despesa de capital é constituída na sua maioria pela Aquisição de Bens de Investimento, que representam 68% do total da despesa de capital paga e cerca de 24% do total das despesas do Município, e os passivos financeiros, que respeitam a amortização de dívida de empréstimos bancários, que representam 19% da despesa de capital de 2015 e 6% do total da despesa do Município.

Em 2015, confirmando a tendência registada no último ano a autarquia voltou a registar um aumento importante, apesar de ligeiro, da sua capacidade de investimento. Este é sem dúvida um indicador a reter mantendo-se a expectativa que em 2016 se confirme esta tendência. O valor do investimento realizado em 2015 representa um acréscimo de cerca de 10% em relação ao valor verificado no ano anterior.

INVESTIMENTO MUNICIPAL

O Investimento Municipal previsto para o ano em avaliação correspondia a 6.251.994,15€, sendo que 3.678.182,13€ cerca de 59% correspondia a Bens do Domínio Privado e 2.573.812,02€, cerca de 41% a Bens do Domínio Público. Esta componente da despesa evidenciava uma expectativa de investimento que correspondia a cerca de 33% do total da despesa prevista.

Nesta componente da despesa fatores de ordem diversa contribuem para que as execuções finais sejam sempre amputadas e fiquem aquém das expectativas. Em 2015 a execução registada na ordem dos 52%, que represente um ligeiro decréscimo relativamente à execução do ano anterior, é contudo uma percentagem aceitável sabendo que estamos perante uma tipologia de despesa em que muitas vezes se assistem a desvios não previstos nem totalmente controláveis pela Autarquia.

Os 3.281.867,19€ de despesa de investimento realizada represente cerca de 22% do total da despesa paga.

Relatório de Execução Financeira

Quadro 6 - Investimento Municipal 2015

INVESTIMENTO DIRETO		Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
0102 07	Investimentos	6 251 994,15		3 281 867,79		-2 970 126,36	52%
0102 0701	Bens do Domínio Privado	3 678 182,13	58,8%	1 884 453,91	57,4%	-1 793 728,22	51%
0102 070101	Terrenos	70 853,00	1,9%	22 989,84	1,2%	-47 863,16	32%
0102 070102	Habitacões	487 000,43	13,2%	93 727,42	5,0%	-393 273,01	19%
0102 070103	Edifícios	1 529 567,70	41,6%	1 013 706,36	53,8%	-515 861,34	66%
0102 070104	Construções Diversas	276 500,00	7,5%	1 533,76	0,1%	-274 966,24	1%
0102 070106	Material de Transporte	272 500,00	7,4%	217 624,17	11,5%	-54 875,83	80%
0102 070107	Equipamento Informático	154 700,00	4,2%	147 870,88	7,8%	-6 829,12	96%
0102 070108	Software Informático	188 101,00	5,1%	173 247,29	9,2%	-14 853,71	92%
0102 070109	Equipamento Administrativo	20 000,00	0,5%	7 219,12	0,4%	-12 780,88	36%
0102 070110	Equipamento Básico	678 960,00	18,5%	206 535,07	11,0%	-472 424,93	30%
0102 070111	Ferramentas e utensílios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
0102 070112	Artigos e objetos de valor	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
0102 0703	Bens do Domínio Público	2 573 812,02	41,2%	1 397 413,88	42,6%	-1 176 398,14	54%
0102 070301	Terrenos e recursos naturais	15 000,00	0,6%	5 537,23	0,4%	-9 462,77	37%
0102 070302	Edifícios - Outros	11 387,02	0,4%	0,00	0,0%	-11 387,02	0%
0102 07030301	Viadutos, arruam.obras compl.	1 213 150,00	47,1%	689 079,62	49,3%	-524 070,38	57%
0102 07030302	Sist. dren. águas residuais	235 031,00	9,1%	170 183,43	12,2%	-64 847,57	72%
0102 07030303	Estações trat. de águas residuais	12 500,00	0,5%	5 499,27	0,4%	-7 000,73	44%
0102 07030305	Parques e jardins	12 500,00	0,5%	9 788,35	0,7%	-2 711,65	78%
0102 07030307	Captação e distribuição de água	240 967,00	9,4%	202 591,79	14,5%	-38 375,21	84%
0102 07030308	Viação rural	390 163,00	15,2%	204 597,13	14,6%	-185 565,87	52%
0102 07030309	Sinalização e trânsito	13 500,00	0,5%	5 488,38	0,4%	-8 011,62	41%
0102 07030310	Infraest. distrib. energia eléctrica	115 000,00	4,5%	2 012,06	0,1%	-112 987,94	2%
0102 07030312	Cemitérios	205 000,00	8,0%	25 716,85	1,8%	-179 283,15	13%
0102 07030313	Outros	109 614,00	4,3%	76 919,77	5,5%	-32 694,23	70%

A evolução do investimento ao longo dos últimos anos é apresentada no quadro seguinte – **Quadro 7**

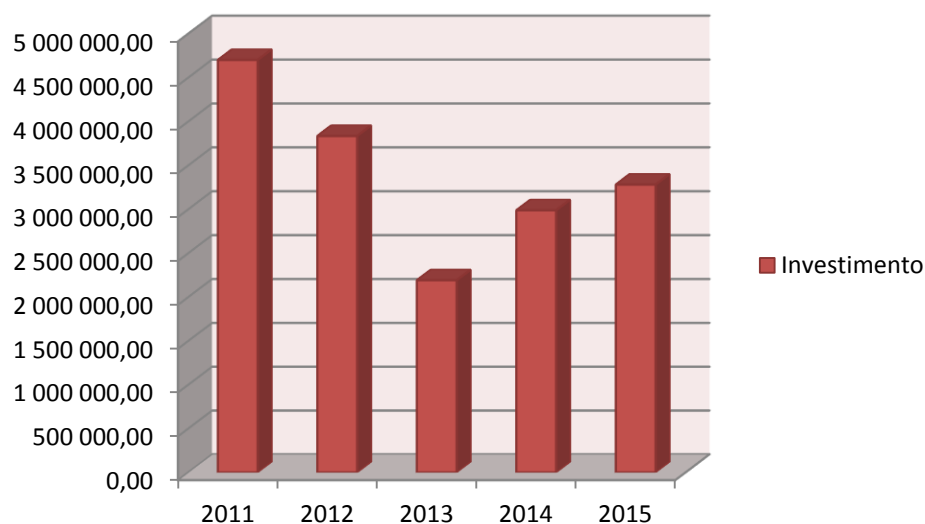
Relatório de Execução Financeira					
Quadro 7 - Investimento Municipal Evolução					
	2011	2012	2013	2014	2015
Investimento	4 701 754,86	3 835 508,22	2 191 795,66	2 989 204,96	3 281 867,79

No quadro aqui apresentado é possível comprovar a ligeira recuperação do valor do investimento, que voltou a ultrapassar os três milhões de euros, o que já não acontecia desde 2012.

A realização de investimentos úteis e essenciais para o desenvolvimento do Concelho será sempre uma prioridade, pelo que todos os esforços serão canalizados para que este indicador possa já no próximo ano atingir os níveis de realização de anos anteriores.

Gráfico 2

Evolução do Investimento Municipal



Pela análise do gráfico, podemos desde logo perceber a confirmação da tendência na recuperação do investimento evidenciado em 2014. Apesar de continuarmos perante níveis de investimento relativamente baixos comparativamente com os anos de 2011 ou 2012, a verdade é que dificilmente poderia ser de outra forma, pois estamos na reta final de um quadro comunitário ainda efeitos diretos no novo quadro comunitário e em 2010/2011 estávamos praticamente a meio de um quadro comunitário onde obrigatoriamente se concretizou grande parte do investimento financiado.

SÍNTESE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Relatório de Execução Financeira				
Quadro 8 - Síntese da Situação Económica e Financeira da Câmara Municipal				
DESIGNAÇÃO	2014	2015	Variação	Var.%
Saldo Inicial de Tesouraria	3 524 382,74	3 242 347,48	-282 035,26	-8,00%
Receitas Correntes	10 475 213,11	11 807 287,91	1 332 074,80	12,72%
Despesas Correntes	9 023 273,26	8 685 646,63	-337 626,63	-3,74%
Saldo Corrente	1 451 939,85	3 121 641,28		
Receitas de Capital	2 580 231,53	2 166 694,74	-413 536,79	-16%
Despesas de Capital	4 315 028,98	4 807 877,92	492 848,94	11%
Saldo de Capital	-1 734 797,45	-2 641 183,18		
Receitas Totais	13 055 444,64	13 973 982,65	918 538,01	7%
Despesas Totais	13 338 302,24	13 493 524,55	155 222,31	1%
Saldo de Exercício	-282 035,26	481 371,38		
Saldo de Tesouraria	3 242 347,48	3 723 718,86	481 371,38	15%
Dívidas a C/P	708 336,77	328 334,59	-380 002,18	-54%
Dívidas de Clientes	37 355,17	117 798,41	80 443,24	215%
Disponibilidades de Curto Prazo	2 571 365,88	3 513 182,68	941 816,80	37%

Neste capítulo pretende-se demonstrar o desempenho da tesouraria municipal bem como da estrutura da dívida.

- **O Saldo da Atividade Corrente** – o saldo positivo de 3.121.641,28€ alcançado em 2015, garante desde logo o cumprimento do princípio do equilíbrio financeiro, permitido simultaneamente uma poupança corrente que pode ser utilizada para despesas de investimento. O saldo de 2015 é um saldo confortável e que resulta essencialmente da afetação de 90% do fundo de equilíbrio financeiro à componente corrente e evidencia um acréscimo relativamente ao valor de 2014. Dizer ainda que do ponto de vista da gestão nada de errado nem a corrigir existe nesta questão, uma vez que é legalmente possível pagar despesa de capital com receita corrente, já o inverso não seria legal, pelo que, desta forma, estamos sempre seguros e com margem para gerir de forma confortável.

- **O Saldo do Exercício** – O valor de 481.371,38€ registado no final de 2015, analisado individualmente poderá ser considerado um dado positivo, pois revela que a Autarquia conseguiu gerar em 2015 receitas suficientes para fazer face a toda a despesa em que incorreu, mas, considerando os elevados valores de saldos de tesouraria registados nos últimos anos deverá merecer alguma atenção.

- **O Saldo de Tesouraria** à semelhança do ano anterior apresenta um valor bastante considerável. A somar ao saldo de tesouraria existente no início do ano devemos ainda adicionar o saldo resultante do exercício o que culminou com um saldo final de 3.723.718,86€ superior ainda ao valor registado no ano anterior. Este saldo elevado já verificado ao longo dos últimos anos, indica-nos que a Autarquia deverá ganhar maior capacidade de realização de despesa, preferencialmente despesa de investimento, para que os saldos de tesouraria venham para valores mais consentâneos com os princípios de uma gestão mais

dinâmica. Dizer ainda que com estas disponibilidades de tesouraria tem sido possível fazer aplicações a prazo, e com isso obter mais alguma receita resultante dos juros.

No final do ano de 2015, a Autarquia apresentava um valor de Dívidas incluindo Fornecedores C/c e Fornecedores de Imobilizado 604.664,96€, um valor relativamente inferior ao apresentado no final do ano anterior, e que resulta essencialmente de faturas rececionadas na contabilidade já após o encerramento do ano.

DÍVIDA

Analisando a dívida total a terceiros em 31/12/2015, a mesma totalizava 4.020.726,32€, sendo que 328.334,59€ respeita a dívida de curto prazo e 3.692.391,73€ a dívida de médio e longo prazos. Para a dívida de médio e longo prazo concorre, para além da dívida a instituições de crédito resultante da contratação de empréstimos, a dívida resultante do Fundo de Apoio Municipal.

A dívida total apresenta assim uma diminuição de cerca setecentos e cinquenta mil euros relativamente ao ano anterior, que represente uma redução de aproximadamente 16%.

O – **Quadro 9**, que apresentamos de seguida reflete bem o enorme esforço efetuado para redução da dívida municipal. Tomando como referência o ano de 2012, verificou-se uma redução de aproximadamente 35% do valor da dívida.

O Município apresenta neste momento valores que lhes permite equacionar a contratação de uma operação financeira na ordem dos dois milhões e meio de euros e com isso aumentar ainda mais a sua capacidade de investimento.

Relatório de Execução Financeira				
Quadro 9 - Evolução das Dívidas a Terceiros				
	Dívida em 31/12/2012	Dívida em 31/12/2013	Dívida em 31/12/2014	Dívida em 31/12/2015
Dívidas de médio e longo prazo	5 905 527,42	5 006 166,65	4 087 392,01	3 692 391,73
Dívidas de curto prazo	333 669,69	546 119,53	708 336,77	328 334,59
TOTAL	6 239 197,11	5 552 286,18	4 795 728,78	4 020 726,32

Dívida de Curto Prazo

A Autarquia apresentava em 31 de dezembro de 2015, uma dívida a terceiros de curto de prazo de 328.334,59€. Trata-se de um valor residual, na sua grande maioria referente a faturação de dezembro que só foi rececionado na autarquia em 2016 quando o ano 2015 já se encontrava encerrado ao nível da tesouraria e por esse motivo não pode ser paga.

Dívida de Médio e Longo Prazos

A dívida de médio e longo prazo constituída por dívida resultante da contratação de empréstimos no montante de 3.150.244,84€ e pela dívida resultante do Fundo de Apoio Municipal no montante de 542.146,89€.

No que respeita à dívida resultante de empréstimos a mesma tem vindo a ser reduzido à média de 900.000,00€ ao ano, fruto das amortizações das operações e de não ter sido possível contratar mais qualquer operação nos últimos anos.

Relativamente á dívida resultante do FAM a mesma foi estipulado por lei vem sendo amortizada anualmente no valor de 108.428,00€. No final de 2015 a dívida por conta desta rúbrica é de 650.574,89€, dos quais 108.428,00€ referente à parcela a amortizar em 2016 encontrasse refletido na dívida de curto.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Da análise do quadro seguinte é possível concluir que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos e as Grandes Opções do Plano em 2015, foi de 65%, num total de despesa paga de 6.585.886,48€ valor relativamente superior ao executado no ano 2014 – **Quadro 10**.

Relatório de Execução Financeira

Quadro 10 - Execução das Grandes Opções do Plano

Sector de Actividade	Orçamento 2014		Orçamento 2015			
	Executado	%	Final	Executado	%	Distr. Invest.
	(1)		(2)	(3)	(4)=(3)/(2)	
Administração Geral	326 538,32	5%	1 015 422,02	689 747,50	68%	10%
Proteção Civil e luta contra incêndios	218 267,87	4%	188 367,00	175 376,85	93%	3%
Ensino Não Superior	42 196,81	1%	417 426,00	385 514,57	92%	6%
Serviço Auxiliares de Ensino	307 727,88	5%	399 173,00	325 493,22	82%	5%
Ação Social	278 612,85	5%	447 204,00	280 256,02	63%	4%
Habituação	146 168,23	2%	542 000,43	135 769,62	25%	2%
Ordenamento do Território	0,00	0%	152 895,00	1 845,00	1%	0%
Saneamento	260 174,99	4%	431 531,00	280 128,49	65%	4%
Abastecimento de Água	482 449,63	8%	895 867,00	654 909,97	73%	10%
Resíduos Sólidos	189 916,31	3%	220 000,00	190 447,61	87%	3%
Proteção do Meio Ambiente e Conserv.	9 731,84	0%	302 500,00	35 821,26	12%	1%
Cultura	244 299,98	4%	711 691,20	584 899,55	82%	9%
Desporto e Tempos Livres	336 779,39	6%	501 426,98	342 723,99	68%	5%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	9 848,00	0%	2 500,00	0,00	0%	0%
Indústria e Energia	28 945,33	0%	710 000,00	313 027,11	44%	5%
Transportes Rodoviários	1 878 616,19	31%	1 400 313,00	733 432,25	52%	11%
Mercados e Feiras	83 588,63	1%	137 602,00	24 600,38	18%	0%
Turismo	462 393,58	8%	911 649,00	703 608,49	77%	11%
Desenvolvimento Económico	10 300,00	0%	20 500,00	10 300,00	50%	0%
Administração Autárquica	134 190,82	2%	253 400,00	176 081,85	69%	3%
Parque Móvel	578 355,77	10%	1 023 584,00	541 902,75	53%	8%
TOTAL	6 029 102,42		10 685 051,63	6 585 886,48	62%	100%

De referir que das grandes opções do plano fazem parte quer despesas de capital quer despesas correntes. Estamos perante a execução do documento onde são inscritas obrigatoriamente todas as despesas de investimento a realizar mais as despesas corrente resultantes das iniciativas e de outras ações que merecem algum destaque. Das Grandes opções do plano (Gop's) não fazem parte por exemplo as despesas com pessoal ou as despesas com as operações financeiras (amortização e juros de empréstimos).

Os valores apresentados, nas colunas (1) e (3), dizem respeito a despesa efetivamente paga.

Da leitura do quadro anterior, é possível identificar as principais áreas de investimento em 2015, sendo que assume lugar de destaque, os Transportes Rodoviários e o Turismo com 11% do investimento, que representa um investimento superior a 1.400.000€, a Administração Geral e o Abastecimento de Água, com 10%, ascendendo em conjunto aos 1.300.000€.

De seguida apresentamos um resumo das principais intervenções, quer sejam obras por administração direta, por empreitada, ou atividades e ações, que contribuíram para o valor global da despesa, por setor de atividade:

Ao nível do **Setor de Administração Geral**, o valor total executado foi de 689.747,50€. Para este valor contribuíram, entre outros, os seguintes investimentos:

- Aquisição de Equipamento Básico, Administrativo e de Comunicações, Equipamentos Informáticos e Software diverso necessários à contínua modernização dos serviços. Foram adquiridos computadores para os diversos serviços, para além das licenças anuais das várias aplicações.
- A recuperação do imóvel em além rio para residência de estudantes.
- As obras de substituição das coberturas no estaleiro municipal e a construção de novo armazém destinado a arquivo.
- A aquisição do edifício destinado a posto médico na Mina de São Domingos.
- Os investimentos realizados ao abrigo do programa Compete relacionados com a infraestrutura tecnológica da Autarquia. Migração de servidores para tecnologia virtual, interligação dos serviços em fibra ótica, instalação dos serviços on-line.
- Os seguros de pessoal, de bens e dos edifícios.

Ao nível da **Segurança e Ordem Pública**, o valor total executado foi de 175.376,85€. Para este valor contribuiu essencialmente os apoios atribuídos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mértola para funcionamento do Gabinete Municipal de Proteção Civil e para aquisição de viaturas e ainda os trabalhos regulares anuais ao nível manutenção do perímetro florestal.

Nesta rúbricas incluem-se ainda as despesas relacionadas com a revisão do plano municipal de emergência e plano especial para o centro histórico.

Ao nível do Setor **Educação**, o valor total executado foi de 711.007,79€. Para o ano em análise, destacamos as seguintes intervenções / ações:

- Pintura do edifício da Escola Primária de Mértola
- Conclusão das obras de adaptação do Centro Escolar da Mina de São Domingos
- Aquisição de vinhetas à Rodoviária para transporte de alunos.
- Auxílios Económicos que incluem refeições, subsídios escolares e Bolsa de Estudo Serrão Martins.
- Protocolo com Santa Casa da Misericórdia de Mértola para prestação de serviços de apoio à Educação.
- Aquisição de manuais escolares.

No ano em análise, o valor afeto á **Ação Social** ascendeu aos 280.000,00€. Para além dos apoios regulares às Instituições sociais de solidariedade social, importa referir os apoios sociais quer no âmbito do cartão social quer através do programa de incentivos aos nascimentos.

- Em 2015 foram atribuídos os seguintes apoios, no âmbito do Programa de Apoio às IPSS do Concelho, por entidade:
 - Santa Casa da Misericórdia de Mértola – 46.525,53€
 - Núcleo de Voluntariado de Mértola – 1.925,00€
 - Centro de Apoio a Idosos de Moreanes – 17.637,60€
 - Centro Social dos Montes Altos – 14.119,58€
 - Casa do Povo de Santana de Cambas – 12.287,11€
 - Moura Salúquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura – 968,00€
- No âmbito das participações do Cartão Social durante o ano 2015 foram efetuados os seguintes processamentos, num total de 67.451,89€:
 - novembro a dezembro de 2014 – 11.608,74€
 - janeiro a fevereiro de 2015 – 9.938,17€
 - março a abril de 2015 – 13.031,66€
 - maio/junho/julho/agosto de 2015 – 22.630,16€
 - setembro a outubro de 2015 – 10.243,16€
- No âmbito do Programa de Animação Social, no ano em apreciação, podemos destacar as seguintes atividades: Passeio de Barco, Passeios de Verão, 19º Encontro de Reformados, Pensionista e Idosos do Concelho.
- No âmbito do Programa de Incentivo aos Nascimentos, Apoio ao Segundo Filho e Apoio à População Portadora de Deficiência, foram pagos 13.033,20€.
- Os apoios concedidos à Universidade Sénior totalizaram 20.000,00€
- A revisão do projeto do Lar de São Miguel do Pinheiro
- Os valores alocados aos novos programas de ocupação municipal ascenderam a 94.689,34€.

O **Setor da Habitação** tem merecido ao longo dos últimos anos uma especial atenção. O investimento neste setor de atividade traduz-se por um lado na recuperação do parque habitacional propriedade do Município e no desenvolvimento de novos loteamentos para construção. O valor total executado no ano foi de 135.769,62€, destacando:

- A conclusão da intervenção no edifício destinado a habitação social, situado na Rua 5 Outubro em Mértola.
- A conclusão da intervenção no edifício destinado a habitação social designado por Casa Marciano Godinho / Caso Mário Elias, em Mértola.
- As intervenções diversas ao nível do parque habitacional social do município.
- Os apoios habitacionais concedidos a particulares para recuperação das suas habitações ou para construção de instalações sanitárias que totalizou 42.042,20€.

Ao nível do Setor de Atividade **Saneamento Básico**, o valor total investido foi de 280.128,49€. Este setor tem sido nos últimos anos prioritário ao nível da realização de investimento. Para este ano em concreto, destacamos os seguintes investimentos:

- Conclusão da intervenção em Martinhanes
- Serviços de manutenção e controlo de qualidade das ETAR's das diversas povoações – 104.445,79€

O **Abastecimento de Água**, é outro dos setores de atividade que tem sido nos últimos anos objeto de investimento considerável. Em 2015, o investimento neste setor totalizou 197.434,15€.

- Conclusão da intervenção em Martinhanes
- Serviços de operação de manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento das diversas povoações – 146.377,03€
- Realização de análises para controlo de qualidade da água
- Aquisição de água à empresa Águas Públicas do Alentejo – 285.730,30€

O investimento na área dos **Resíduos Sólidos** totalizou em 2015 o valor de 190.447,61€. Neste setor de atividade a despesa realizada prende-se com a manutenção das viaturas de recolha de resíduos e com a deposição dos resíduos no aterro da Resialentejo.

O investimento na área da **Cultura** no ano 2015 ascendeu aos 927.000,00€.

Neste setor de atividade, as principais intervenções centraram-se nas obras de Musealização da Mesquita - Igreja Matriz de Mértola, nas obras de requalificação dos núcleos museológicos de Arte Sacra e Arte Islâmica, a construção da Réplica da Casa Islâmica. Os apoios concedidos às Associações e Coletividades através do programa regular de apoio, assume também um valor considerável. No ano em análise foram disponibilizados os seguintes apoios, por tipo de programa de apoio:

- Apoio para Atividades Regulares – 32.745,00€
- Apoio para Aquisição de Equipamentos e Investimento – 25.581,90€

De destacar também o forte investimento na dinamização da promoção da Agenda Cultural.

Para este efeito, realizaram-se as seguintes atividades: Programação regular da Biblioteca Municipal, Programação Regular de Cinema, Feira do Livro, Arte Non Stop, Dia da Criança, Programação da Casa de Artes Mário Elias, MertolArte, Comemorações do 25 de Abril, Dia da Mulher, Viagem para Jovens, Semana “Lembrar Serrão Martins”, Comemorações de São Martinho, Festa de Natal e mais uma edição do Festival Islâmico de Mértola

A realização de atividades no setor **Desporto, Recreio e Lazer**, totalizaram 342.723,99€. Para o valor investido neste setor de atividade, contribuíram em muito os apoios concedidos aos vários clubes do Concelho.

O apoio às Associações e Clubes Desportivos do Concelho, atribuído ao abrigo do Programa de Apoios Regulares contribui decisivamente para o sucesso da atividade desportiva destas coletividades.

Em 2015, foram atribuídos os seguintes apoios, por programa:

- Atividade Regular – 134.865,35€
- Apoio específico para investimentos – 12.520,85€

Neste setor da atividade municipal, de referir ainda, a conclusão da intervenção da Pista de Remo e Canoagem na Tapada da Mina de São Domingos, bem como as despesas com o financiamento do contrato de programa relativo à promoção da infraestrutura.

Quanto ao recreio e lazer, destaque para a realização de mais uma edição do Festival da Juventude e do Mertola Radical.

No Setor dos **Transportes Rodoviários**, o valor total executado foi de 733.432,25€. Realizaram-se ao longo do ano importantes intervenções por empreitada e várias intervenções por administração direta nos arruamentos em diversas povoações do Concelho, tendo também efetuado a reparação em centenas de Kms em estradas de terra batida.

Destacamos as seguintes intervenções:

- Novas intervenções em arruamentos na Mina de São Domingos;
- Conclusão dos arruamentos em Moreanes;
- Conclusão dos arruamentos em Martinhanes;
- Reparação da rua em calçada de acesso à Praça Luis de Camões no Centro histórico da Vila,
- Reparações de ruas em Tacões, em São João dos Caldeireiros e em Namorados,
- Grandes reparações e beneficiações de diversas estradas e caminhos do concelho, como sejam a estrada Penilhos / Figueirinha e o alargamento e pavimentação da estrada São Miguel do Pinheiro/Alcaria Longa/EN 267.

No setor de atividade **Mercados e Feiras**, o valor total executado foi de 24.600,38€. Este valor refere-se à realização da 16ª edição da Feira do Mel Queijo e Pão.

Na rubrica, **Turismo**, o valor total investido foi de 703.608,49€. Destacam-se a realização das atividades regulares, entre elas:

- 13ª Edição do Festival do Peixe do Rio;
- Festas da Vila;
- Participação na Ovibeja;
- 6ª Edição da Feira da Caça;
- A conclusão da obra de reabilitação do edifício "Casa Branca" no centro histórico da Vila.

O setor de atividade **Administração Autárquica** contempla todos os apoios e transferências para as Juntas de Freguesia.

O quadro em baixo resume os valores transferidos por freguesia, e por tipo de protocolo:

Quadro 11 - Fluxo Financeiro 2015

Juntas de Freguesia	Escolas	Cobrança Água	Ramais Água, Saneamento e limpeza de fossas	Limpeza de Vias	Limp. De Edifícios - Mercado	Outras p/ Investimentos	Outros	Total
Alcaria Ruiva	2 415,54	2 533,75	544,80	8 747,04	0,00	0,00	0,00	14 241,13
Corte Pinto	2 994,96	4 693,59	625,83	4 255,80	13 300,80	0,00	0,00	25 870,98
Espirito Santo	0,00	687,04	760,60	5 515,80	0,00	0,00	0,00	6 963,44
Mértola	4 918,56	1 533,34	1 749,34	14 452,08	0,00	7 439,04	0,00	30 092,36
São João dos Caldeireiros	1 641,00	2 439,94	1 148,07	5 082,12	0,00	0,00	0,00	10 311,13
União de Freguesias de S. Miguel do Pinheiro, S. Sebastião dos Carros e de S. Pedro de Sólis	1 597,56	3 905,36	1 108,68	13 906,08	0,00	0,00	0,00	20 517,68
Santana da Cambas	2 475,00	1 739,74	1 335,97	7 096,92	0,00	55 437,50	1 899,16	69 984,29
TOTAL	16 042,62	17 532,76	7 273,29	59 055,84	13 300,80	62 876,54	1 899,16	177 981,01

No setor do **Parque Móvel** em 2015 foram investidos um total 541.902,75€.

Para este valor contribuiu em grande parte a aquisição de um Autocarro de 30 lugares. Para além desta aquisição foram efetuadas diversas reparações em máquinas e viaturas.

Para este valor contribuiu ainda o valor despendido com a aquisição de combustíveis no total de 297.270,88€.

FINANCIAMENTOS COMUNITÁRIOS

A informação que de seguida apresentamos respeita às Operações / Projetos candidatados a fundos comunitários apresentados, aprovados ou que tiveram execução no decurso do quadro comunitário 2007/2013.

Quadro 12

Programa Comunitário	Programa Qren 2007/2013 (acumulado até 31/12/2015)				acumulado até 31/12/2014		Valores de 2015	
	Investimento Candidatado	Investimento Aprovado	Investimento Elegível	Financiamento Aprovado	Pedidos de Pagamento Apresentados	Financiamentos Recebidos acumulados	Pedidos de pagamento apresentados	financiamentos recebidos
INALENTEJO	9 665 123,32	9 014 865,94	8 428 395,15	7 001 976,29	7 163 811,00	5 255 683,72	652 408,36	578 691,54
POCTEP	1 096 358,88	1 096 358,88	1 096 358,88	822 269,16	709 717,23	510 753,63	71 835,97	53 876,98
PRODER	1 284 663,99	1 087 087,00	1 087 087,00	759 424,99	876 927,61	589 111,33	8 463,43	35 843,70
POPH	282 711,64	244 122,76	244 122,76	172 775,10	222 979,02	156 626,46		5 548,25
POVT	7 137 835,42	6 316 537,31	5 114 068,13	4 346 957,91	4 526 841,20	3 706 920,67	467 880,13	
PROGRAMA CULTURAL 2007-2013	237 462,96	237 462,96	237 462,96	118 731,48	187 047,93	85 370,27		
CONTRATO PROGRAMA DGLB	466 930,00	466 930,00	466 930,00	233 465,00	82 256,65	48 961,00		
GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	69 802,42	69 804,42	69 804,42	69 804,42	58 485,46	58 485,46	8 955,60	8 955,60
EQ-QREN	73 703,00	73 703,00	73 703,00	73 703,00	73 703,00	73 703,00		
COMPETE	389 701,31	379 246,31	379 246,31	322 359,36	90 301,38	76 756,17	276 644,93	135 106,16
TOTAL	20 704 292,94	18 986 118,58	17 197 178,61	13 921 466,71	13 992 070,48	10 562 371,71	1 486 188,42	818 022,23

Da análise do quadro podemos destacar desde logo o montante total de financiamento aprovado no quadro comunitário até final de 2015 e que ascendeu aos 13.900.00,00€.

Tendo sido apresentado até ao momento pedidos de pagamento num total de 15.478.258,90€ e recebidos valores próximo dos 11.300.00,00€. Prevê-se ainda que em 2016 venha a ser possível aumentar as verbas agora indicadas ainda por conta deste quadro comunitário, dado o numero de operações que temos em carteira para candidatar logo que alguns avisos que se prevê venha a ser abertos ainda na fase de encerramento deste quadro comunitário.

ALGUNS INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

Indicadores de Gestão Orçamental

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que transmitem uma visão global da situação das finanças devido ao facto da sua estruturação se basear em agregados patrimoniais diversificados. Devido às especificidades de cada município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem, em termos de comparabilidade, a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

Apresentamos de seguida alguns indicadores que nos ajudam a perceber melhor a estrutura económica/financeira da autarquia de Mértola, bem como a sua evolução ao longo dos últimos quatro anos.

Grau de cobertura global das receitas e das despesas

Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais				
	2012	2013	2014	2015
	93%	109%	98%	128%
Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza				
	2012	2013	2014	2015
	84%	89%	60%	45%
Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza				
	2012	2013	2014	2015
	99%	118%	116%	136%
Mede o grau de cobertura da despesa total pelas transferências recebidas				
	2012	2013	2014	2015
	81%	93%	81%	85%

Os rácios apresentados neste título permitem-nos essencialmente avaliar a capacidade da Autarquia em gerar receitas que lhes permita cobrir as despesas. Este indicador registou em 2015 uma percentagem de 128%, maior percentagem alcançada nos anos em análise. Relativamente a este indicador e dado o volume do saldo da gerência evidenciado é possível que a autarquia possa continuar a realizar despesa acima do valor da receita, pois esse diferencial será sempre coberto pelo saldo da gerência que não entra no conceito de receita do ano.

Relativamente ao segundo indicador, que registou em 2015 uma percentagem de 45% a menor dos anos em análise, dizer por um lado que esta situação resulta de uma decisão ponderada de afetar a receita proveniente do orçamento de estado à componente de receita corrente, para mais facilmente gerir o princípio do equilíbrio orçamental a que está obrigado, e por outro lado afirmar também que esta situação não encerra qualquer risco para o município considerando que é possível sempre liquidar despesa de capital com receita corrente como já explicamos em capítulos anteriores.

Ao nível da componente de corrente, a Autarquia tem nos últimos anos conseguido garantir receita corrente suficiente para cobrir as despesas correntes. Tratando-se de uma imposição legal foi necessário afetar uma maior fatia dos fundos transferidos através do orçamento de estado à componente corrente, para garantir que este rácio é sempre superior a 100%. Em 2015 atingiu a percentagem de 136%.

O último rácio é apenas a confirmação do grau de dependência do orçamento municipal face às transferências quer sejam do orçamento de estado quer sejam de fundos comunitários. Esta é uma realidade a que já estamos habituados e para a qual não há muito a fazer, a não ser trabalhar no sentido de garantir que se atinja alguma estabilidade ao nível das transferências do orçamento de estado e ainda dotar os serviços municipais de recursos humanos especializados para que se possa aproveitar ao máximos os financiamentos comunitários que forem sendo disponibilizados.

Rácios de estrutura da receita

Mede o peso das receitas próprias do município no total de receitas arrecadadas			
2012	2013	2014	2015
13%	15%	17%	34%
Mede o peso das receitas provenientes dos impostos diretos na receita total			
2012	2013	2014	2015
3%	5%	5%	4%
Mede o peso das transferências recebidas na receita total da autarquia			
2012	2013	2014	2015
87%	85%	83%	66%

A confirmar de certa forma o que referimos no último parágrafo estes rácios demonstram por um lado, a dificuldade da autarquia em gerar receitas próprias, por outro lado o peso diminuto das receitas proveniente dos impostos diretos, como sejam o IMI, o IMT, ou o IUC, na estrutura da receita e por último a dependência do orçamento municipal face às transferências.

É possível de identificar uma certa recuperação ao nível das receitas próprias que representam em 2015 34% das receitas totais.

Rácios da estrutura da despesa

Mede o peso da despesa de capital na despesa total			
2012	2013	2014	2015
42%	30%	32%	36%

Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total			
2012	2013	2014	2015
28%	36%	35%	34%

O primeiro indicador reflete a capacidade da autarquia em realizar investimento. Este indicador evidenciou em 2013 e 2014 uma execução pouco conseguida, em 2015 nota-se uma ligeira recuperação que esperamos possa ser reforçada no próximo ano.

Relativamente ao segundo indicador confirma-se a tendência de emagrecimento ao nível dos recursos humanos imposta pelos sucessivos orçamentos de estado.

Indicadores de Gestão Patrimonial

Não existindo indicadores específicos de análise económico-financeiros das performances das autarquias, considerou-se a utilização dos modelos aplicados à atividade empresarial. Devido às especificidades de atividade, objetivos, contextualização e informação é importante ter a noção que alguns dos indicadores apresentados não podem ter a mesma leitura para um município que terão para o mundo empresarial.

Rácios de liquidez

A regra do equilíbrio financeiro aconselha que a Liquidez Geral, em percentagem, seja superior a 100%. Os valores apresentados indicam-nos claramente que não se perspetivam situações de dificuldade ao nível da tesouraria, existindo assim um equilíbrio entre o grau de liquidez e o grau de exigibilidade das origens.

Liquidez Geral

Revela o grau de cobertura do passivo circulante por ativo circulante			
2012	2013	2014	2015
876%	759%	368%	1296%

Liquidez Imediata

Revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades			
2012	2013	2014	2015
718%	659%	306%	1110%

Qualquer um dos indicadores apresentados neste capítulo, comprovam as disponibilidades financeiras da autarquia e a sua capacidade para cumprir os compromissos assumidos.

Rácios de alavanca financeira

Endividamento

Apura a extensão com que a autarquia utiliza o capital alheio no financiamento das suas atividades			
2012	2013	2014	2015
37%	36%	34%	33%

Estrutura de Endividamento

Mede o grau de peso das dívidas de curto prazo			
2012	2013	2014	2015
6%	11%	26%	11%

Grau de Dependência dos Empréstimos a Curto, Médio e Longo Prazo

Mede o grau de dependência do ativo líquido relativamente aos empréstimos contraídos pela autarquia			
2012	2013	2014	2015
9%	7%	6%	5%

Os rácios de alavanca financeira são utilizados para análise de crédito, identificando por isso as dívidas que a autarquia contraiu e as implicações que as mesmas têm na exploração.

A utilização deste rácio permite-nos aferir o grau em que a autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade. Com o valor apresentado conclui-se que 33% da atividade municipal é financiada por capitais alheios.

Rácios de solvabilidade e de autonomia financeira

Autonomia Financeira

Mede a autonomia financeira da autarquia e a sua dependência nessa mesma proporção			
2012	2013	2014	2015
63%	64%	66%	67%

Solvabilidade

Mede a relação entre o capital próprio e o capital alheio			
2012	2013	2014	2015
172%	177%	192%	205%

Estes rácios traduzem a posição de dependência da Autarquia face aos seus credores.

Em qualquer um dos indicadores é notória uma evolução favorável. Significa que a atividade da autarquia é cada vez mais independente de capitais alheios.

Face ao elevado valor do indicador de solvabilidade apurado, é revelada uma grande independência da autarquia face às responsabilidades assumidas e um risco mais reduzido para os seus credores.

Estes indicadores permitem-nos concluir que a autonomia financeira da autarquia é confortável face à dependência de terceiros, o que significa que a atividade camarária é financiada em 67% pelos seus Fundos Próprios.

Outros Indicadores

Prazo Médio de Pagamento

Prazo Médio de Pagamento			
2012	2013	2014	2015
13	26	17	13

O cálculo deste indicador foi feito aplicando a fórmula publicada no Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, publicado no DR nº 71, 2ª Série Parte C.

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

O endividamento autárquico encontra-se regulamentado pelo artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Refere o artigo 52.º que a dívida total do município incluindo da dívida de todas as entidades que revelam para a dívida total municipal, e que se encontram previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A tabela seguinte pretende demonstrar a dívida total do município em 31/12/2015 bem como a sua situação face aos limites impostos pela legislação aplicável.

Quadro 13 – Composição da Dívida Total das Operações Orçamentais

1. Dívidas de M/L prazo	3.692.391,73€
2. Dívidas a Curto Prazo	328.334,59€
3. Dívidas Não Orçamentais	725.596,81€
4. Dívida Total de Operações Orçamentais (1+2-3)	3.295.129,51€

Quadro 14 – Situação do Município face ao limite

1. Dívida Total das Operações Orçamentais	3.295.129,51€
--	----------------------

2. Contribuição das entidades SM, AM, SEL para a dívida total	95.583,22€
3. Dívida total a Considerar (1+2)	3.390.712,73€
4. Limite ao endividamento	6.599.699,07€
5. Margem face ao limite (4-3)	3.208.986,34€

Da análise do endividamento líquido, podemos concluir que o Município cumpriu todas as disposições legais, ficando abaixo de todos os limites estabelecidos, ficando inclusive ainda com uma margem considerável como se pode comprovar pelos valores apresentados para recorrer à contratação de novas operações de financiamento.

De referir ainda que a contribuição das entidades do setor empresarial local, ponto 2, não considera a situação da Resialentejo pelo facto de ainda não existirem contas aprovadas de 2015.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a linha d) do ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54 – A /99, de 22 de fevereiro, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, no valor de 2.267.275,24€, seja incorporado na conta 59 – Resultados Transitados e posteriormente constituída Reserva Legal de acordo com o ponto 2.7.3.4 e 5 do Decreto-Lei n.º 54 – A /99 de 22 de fevereiro.

Conta 571 – Reservas Legais (10%) - 226.727,52€